



CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER LEGISLATIVO

ATA Nº 7º/2025.

Aos vinte e nove dias (29) do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), pelas dezenove horas e trinta minutos (19:30), nesta cidade de Angelim, Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Senhor Alexandro Ferreira da Rocha, realizou-se a 7ª reunião do 1º período ordinário, da 20ª legislatura da Câmara Municipal de Angelim, onde compareceram os seguintes Parlamentares Municipais: Alexandro Ferreira da Rocha – Presidente (PT), Maurílio Edson Cavalcanti de Vasconcelos – 1º Secretário (PSB), Bruno dos Santos Caldas – 2º Secretário (PSB), Cícero Robson Pereira da Silva (Republicano), Eduardo Correia Melo (Podemos), Heráclito Lupércio Lopes de Santana (Republicano), Jaime Caldas da Silva Júnior (PSB), Joselito Xavier de Melo (PT), Willian Barbosa de Souza (PSB). Em seguida o Senhor Presidente na hora regimental cumprimentou aos Colegas e a todos os presentes, bem como a todos ouvintes das Rádios Web Nova Angelim, CNT FN, além do Blog de Marcelo Jorge, e aproveitando o ensejo, convidou todos a ficarem de pé, e exaltando o nome de DEUS, pedindo a proteção Divina, **DECLAROU** por aberta a reunião. Na prossecução o Senhor Presidente, ordenou a leitura da ATA da sessão anterior, e em seguida submeteu a mesma em discussão e votação sendo aprovada por unanimidade. Continuando com os trabalhos da Câmara o Senhor Presidente solicitou com base e respaldo nos parâmetros regimentais aos Excelentíssimos Senhores Vereadores Maurílio Edson Cavalcanti de Vasconcelos – Relator, Excelentíssimo Heráclito Lupércio Lopes de Santana – Presidente, e Joselito Xavier de Melo que compõem a Comissão de Legislação, Justiça e Redação o Parecer proferido referente ao disposto no Parecer Prévio do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que recomenda a Câmara Municipal de Vereadores de Angelim, **APROVAR COM RESSALVAS, A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO EXERCÍCIO 2021, RELATIVO AO PROCESSO TCE-PE Nº 22100570-5, Gestão do Senhor Márcio Douglas Cavalcanti Duarte conforme segue o Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação: PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO Nº 04/2025. Relator:** Vereador Maurílio Edson Cavalcanti de Vasconcelos, **Presidente:** Vereador Heráclito Lupércio Lopes de Santana, **Membro:** Vereador Joselito Xavier de Melo. **I. INTRODUÇÃO:** A Comissão de Legislação, Justiça e Redação, no exercício de suas atribuições, analisou o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) referente à prestação de contas do Governo Municipal de Angelim, relativo ao exercício financeiro de 2021, sob a gestão do Prefeito Márcio Douglas Cavalcanti Duarte. O processo em questão (TCE-PE nº 22100570-5) foi julgado na 37ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, realizada em 23 de novembro de 2023, com relatoria do Conselheiro Rodrigo Novaes. O objetivo deste parecer é avaliar as conclusões e recomendações do TCE-PE, com base nos dispositivos legais e constitucionais pertinentes,





CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO

e emitir um posicionamento quanto à aprovação ou reprovação das contas, considerando as ressalvas e determinações apresentadas. **II. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONSTITUCIONAL.** A análise do Parecer Prévio do TCE-PE baseia-se nos seguintes dispositivos legais e constitucionais: **1. Constituição Federal de 1988 (CF/88):** Art. 31, §§ 1º e 2º: Estabelece a obrigatoriedade de prestação de contas pelos gestores públicos e a competência dos Tribunais de Contas para emitir parecer prévio. Art. 70: Dispõe sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública. Art. 71, I: Atribui ao Tribunal de Contas a competência para apreciar as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo. Art. 75: Define as competências do Tribunal de Contas em relação aos entes federativos. Art. 212: Trata dos percentuais mínimos de aplicação de recursos em educação. **2. Constituição do Estado de Pernambuco:** Art. 86, § 1º, III: Estabelece as competências do TCE-PE para fiscalizar as contas dos municípios. **3. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000):** Art. 20: Define os limites para despesas com pessoal. Art. 23: Dispõe sobre o controle de despesas e o cumprimento dos limites legais. **4. Lei Complementar nº 178/2021.** Altera o prazo para readequação da Despesa Total com Pessoal (DTP) aos limites legais, estabelecendo a redução gradual do excesso até 2032. **5. Emenda Constitucional nº 119/2022:** Isenta os agentes públicos de responsabilização pelo descumprimento do art. 212 da CF/88 nos exercícios de 2020 e 2021, devido aos impactos da pandemia de COVID-19. **6. Lei Estadual nº 12.600/2004 (Pernambuco):** Art. 69 e 70, V: Estabelece as competências do TCE-PE para determinar medidas corretivas aos gestores públicos. **III. ANÁLISE DAS CONTAS.** O Parecer Prévio do TCE-PE apontou diversas irregularidades na gestão fiscal e orçamentária do Município de Angelim durante o exercício de 2021. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação destaca os seguintes aspectos: **1. Planejamento e Execução Orçamentária:** Fragilidades na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), com limites exagerados para abertura de créditos adicionais, descaracterizando o planejamento governamental. Ineficiência no controle contábil por fonte/aplicação de recursos, resultando em saldos negativos sem justificativa. **2. Despesa Total com Pessoal (DTP):** O Poder Executivo de Angelim ultrapassou o limite legal de 54% da Receita Corrente Líquida (RCL) em todos os quadrimestres de 2021, configurando descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. **3. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):** Desequilíbrio atuarial e desvio de finalidade dos recursos destinados à amortização do déficit previdenciário. Necessidade de recomposição de R\$ 1.946.000,00 ao RPPS, com correção monetária. **4. Transparência e Controle:** Inconsistências nas informações prestadas aos órgãos de controle, especialmente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). **5. Impacto da Pandemia:** A Emenda Constitucional nº 119/2022 isentou





CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud-it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/45-20250702170856.pdf>
assinado por: idUser 447

os gestores de responsabilização pelo descumprimento do art. 212 da CF/88 em 2020 e 2021, mas não afasta a necessidade de correção das irregularidades identificadas. **IV. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.** A Comissão de Legislação, Justiça e Redação, com base nas análises realizadas e nos dispositivos legais e constitucionais citados, conclui que: **1. Aprovação com Ressalvas: *Recomenda-se a aprovação das contas do Governo Márcio Douglas Cavalcanti Duarte, referentes ao exercício de 2021, com ressalvas, em conformidade com o Parecer Prévio do TCE-PE.*** **2. Medidas Corretivas:** Determina-se ao atual gestor o cumprimento das seguintes medidas: Fortalecimento do planejamento orçamentário e controle contábil. Redução gradual da Despesa Total com Pessoal, conforme a Lei Complementar nº 178/2021. Reequilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, com recomposição dos recursos desviados. Aprimoramento da transparência e consistência das informações prestadas aos órgãos de controle. **3. Fiscalização e Acompanhamento:** A Câmara Municipal de Angelim deverá acompanhar a implementação das medidas corretivas e fiscalizar o cumprimento dos prazos estabelecidos pelo TCE-PE. **V. VOTO DO RELATOR.** *O Relator, Vereador Maurílio Edson Cavalcanti de Vasconcelos, acompanhado pelos demais membros da Comissão, vota pela aprovação com ressalvas das contas do Governo Márcio Douglas Cavalcanti Duarte, referentes ao exercício de 2021, nos termos deste parecer com exceção do* Presidente e não está de acordo tanto com o Relator, Quanto com o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas. Sala das Comissões, em 22 de abril de 2025. **Vereador Maurílio Edson Cavalcanti de Vasconcelos-Relator. Vereador Heráclito Lupércio Lopes de Santana- Presidente e não está de acordo tanto com o Relator, quanto com o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas. Vereador Joselito Xavier de Melo-Membro e de acordo com o Relator.** Na prossecução e da mesma forma regimental, o Senhor Presidente solicitou com base e respaldo nos parâmetros regimentais aos Excelentíssimos Senhores Vereadores Joselito Xavier de Melo – Relator, Excelentíssimo Maurílio Edson Cavalcanti de Vasconcelos – Presidente, e Heráclito Lupércio Lopes de Santana -Membro, que compõem a Comissão de Finanças e Orçamento, o Parecer proferido referente ao disposto no Parecer Prévio do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que recomenda a Câmara Municipal de Vereadores de Angelim, **APROVAR COM RESSALVAS, A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO EXERCÍCIO 2021, RELATIVO AO PROCESSO TCE-PE Nº 22100570-5, Gestão do Senhor Márcio Douglas Cavalcanti Duarte conforme segue o Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento: PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO Nº 04/2025. Relator:** Vereador Joselito Xavier de Melo, **Presidente:** Vereador Maurílio Edson Cavalcanti de Vasconcelos, **Membro:** Vereador Heráclito Lupércio Lopes de Santana. **I. INTRODUÇÃO:** A Comissão de Finanças e Orçamento, no exercício de suas atribuições, analisou o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas

“Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas”

Rua Miguel Calado Borba – 77 Angelim-PE CEP – 55.430-000

CNPJ nº 11.240.256/0001-92



CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO

do Estado de Pernambuco (TCE-PE) referente à prestação de contas do Governo Municipal de Angelim, relativo ao exercício financeiro de 2021, sob a gestão do Governo Márcio Douglas Cavalcanti Duarte. O processo em questão (TCE-PE nº 22100570-5) foi julgado na 37ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, realizada em 23 de novembro de 2023, com relatoria do Conselheiro Rodrigo Novaes. O objetivo deste parecer é avaliar as conclusões e recomendações do TCE-PE, com foco nos aspectos financeiros e orçamentários, e emitir um posicionamento quanto à aprovação ou reprovação das contas, considerando as ressalvas e determinações apresentadas. II. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONSTITUCIONAL.** A análise do Parecer Prévio do TCE-PE baseia-se nos seguintes dispositivos legais e constitucionais:

1. Constituição Federal de 1988 (CF/88): Art. 31, §§ 1º e 2º: Estabelece a obrigatoriedade de prestação de contas pelos gestores públicos e a competência dos Tribunais de Contas para emitir parecer prévio. Art. 70: Dispõe sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública. Art. 71, I: Atribui ao Tribunal de Contas a competência para apreciar as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo. Art. 75: Define as competências do Tribunal de Contas em relação aos entes federativos. Art. 212: Trata dos percentuais mínimos de aplicação de recursos em educação.

2. Constituição do Estado de Pernambuco: Art. 86, § 1º, III: Estabelece as competências do TCE-PE para fiscalizar as contas dos municípios.

3. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000): Art. 20: Define os limites para despesas com pessoal. Art. 23: Dispõe sobre o controle de despesas e o cumprimento dos limites legais.

4. Lei Complementar nº 178/2021: Altera o prazo para readequação da Despesa Total com Pessoal (DTP) aos limites legais, estabelecendo a redução gradual do excesso até 2032.

5. Emenda Constitucional nº 119/2022: Isenta os agentes públicos de responsabilização pelo descumprimento do art. 212 da CF/88 nos exercícios de 2020 e 2021, devido aos impactos da pandemia de COVID-19.

6. Lei Estadual nº 12.600/2004 (Pernambuco): Art. 69 e 70, V: Estabelece as competências do TCE-PE para determinar medidas corretivas aos gestores públicos.

III. **ANÁLISE DAS CONTAS.** O Parecer Prévio do TCE-PE apontou diversas irregularidades na gestão fiscal e orçamentária do Município de Angelim durante o exercício de 2021. A Comissão de Finanças e Orçamento destaca os seguintes aspectos:

1. Planejamento e Execução Orçamentária: Fragilidades na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), com limites exagerados para abertura de créditos adicionais, descaracterizando o planejamento governamental. Ineficiência no controle contábil por fonte/aplicação de recursos, resultando em saldos negativos sem justificativa.

2. Despesa Total com Pessoal (DTP): O Poder Executivo de Angelim ultrapassou o limite legal de 54% da Receita Corrente Líquida (RCL) em todos os quadrimestres de 2021, configurando





CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO

descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. **3. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):** Desequilíbrio atuarial e desvio de finalidade dos recursos destinados à amortização do déficit previdenciário. Necessidade de recomposição de R\$ 1.946.000,00 ao RPPS, com correção monetária. **4. Transparência e Controle:** Inconsistências nas informações prestadas aos órgãos de controle, especialmente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). **5. Impacto da Pandemia:** A Emenda Constitucional nº 119/2022 isentou os gestores de responsabilização pelo descumprimento do art. 212 da CF/88 em 2020 e 2021, mas não afasta a necessidade de correção das irregularidades identificadas. **IV. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.** A Comissão de Finanças e Orçamento, com base nas análises realizadas e nos dispositivos legais e constitucionais citados, conclui que: **1. Aprovação com Ressalvas:** *Recomenda-se a aprovação das contas do Prefeito Márcio Douglas Cavalcanti Duarte, referentes ao exercício de 2021, com ressalvas, em conformidade com o Parecer Prévio do TCE-PE*. **2. Medidas Corretivas:** Determina-se ao atual gestor o cumprimento das seguintes medidas: Fortalecimento do planejamento orçamentário e controle contábil. Redução gradual da Despesa Total com Pessoal, conforme a Lei Complementar nº 178/2021. Reequilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, com recomposição dos recursos desviados. Aprimoramento da transparência e consistência das informações prestadas aos órgãos de controle. **3. Fiscalização e Acompanhamento:** A Câmara Municipal de Angelim deverá acompanhar a implementação das medidas corretivas e fiscalizar o cumprimento dos prazos estabelecidos pelo TCE-PE. **V. VOTO DO RELATOR:** *O Relator, Vereador Joselito Xavier de Melo, acompanhado pelos demais membros da Comissão, vota pela aprovação com ressalvas das contas do Governo Márcio Douglas Cavalcanti Duarte, referentes ao exercício de 2021, nos termos deste parecer, com exceção* Vereador Heráclito Lupércio Lopes de Santana - Membro, não está de acordo tanto com o Relator, Quanto com o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas. Sala das Sessões, em 24 de março de 2025. Vereador Joselito Xavier de Melo-Relator, Vereador Maurílio Edson Cavalcanti de Vasconcelos-Presidente e de acordo com o Relator, Vereador Heráclito Lupércio Lopes de Santana-Membro, não está de acordo tanto com o Relator Quanto com o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas. Na prossecução, o Senhor Presidente apresentou aos Vereadores, o DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2025, com o seguinte teor: **DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2025.** Aprova o Parecer Prévio do tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação da Contas de Governo exercício de 2021, relativo ao Processo TCE-PE Nº 22100570-5. **A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM,** no uso de suas atribuições, especialmente com amparo na Lei Orgânica e Regimento Interno da Câmara Municipal de Angelim, em consonância com as Constituições Federal e Estadual, emiti o seguinte Decreto: Artigo 1º - Fica Aprovado o Parecer Prévio do Egrégio Tribunal de





CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO

Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, consoante o disposto no § 4º do Artigo 31 da Constituição Federal referente a Prestação de Contas do Governo, **Senhor Márcio Douglas Cavalcanti Duarte**, relativa ao exercício financeiro de 2021, Processo TCE-PE Nº 22100570-5. Artigo 2º - Este Decreto, entra em vigor na data de sua publicação. Plenário, Vereador José Guilherme da Costa, em 29/abril/2025. **Alexandro Ferreira da Rocha-Presidente da Câmara, Maurílio Edson Cavalcanti de Vasconcelos- 1º Secretário, Bruno dos Santos Caldas- 2º Secretário.** Continuando com os trabalhos da Câmara o Senhor Presidente obedecendo aos princípios Regimentais, elucidou aos Senhores Vereadores, que a (1ª) primeira Votação iria obedecer ao Regimento consoante as prerrogativas previstas no Parágrafo - 2º do Artigo - 19, que diz: Parágrafo - 2º: Os Vereadores votarão à medida em que forem chamados, e a chamada obedecerá a ordem alfabética para a devida votação: Na prossecução, o Senhor Presidente chamou o 2º Secretário Bruno dos Santos Caladas que deu seu Voto Favorável ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5, em seguida o Senhor Presidente chamou o Vereador Cícero Robson Pereira da Silva que deu seu Voto Contra ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5, em seguida o Senhor Presidente chamou o Vereador Eduardo Correia Melo que deu seu Voto Contra ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5, em seguida o Senhor Presidente chamou o Vereador Heráclito Lupércio Lopes de Santana que deu seu Voto Contra ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5, na sequência, o Senhor Presidente chamou o Vereador Joselito Xavier de Melo que deu seu Voto Favorável ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE





CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO

nº 22100570-5, em seguida o Senhor Presidente chamou o Vereador Jaime Caldas da Silva Júnior que deu seu Voto Favorável ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5, em seguida o Senhor Presidente chamou o 1º Secretário Maurílio Edson Cavalcanti de Vasconcelos que deu seu Voto Favorável ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5, continuando, o Senhor Presidente chamou o Vereador Willian Barbosa de Souza que deu seu Voto Favorável ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5. Em seguida o Senhor Presidente contabilizou os Votos, onde o Parecer Prévio do Egrégio Tribunal de Contas de Pernambuco e o Decreto Legislativo da Mesa Diretora, obtiveram (05) cinco Votos Favoráveis, e (03) três Votos Contra. Desta forma, o Senhor Presidente elucidou aos Senhores Vereadores, que por ser uma matéria em que se faz necessário obter-se o quórum de (2/3) dois terços, a Votação estava com (05) cinco Votos Favoráveis ao Parecer Prévio do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora que que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5, na qualidade de Presidente, e com embasamento aos princípios de Constitucionalidade e principalmente no preâmbulo Regimental, invocava o Artigo 31 do Regimento para proferir meu Voto conforme segue: Artigo 31 diz: O Presidente da Câmara, somente poderá votar nas hipóteses em que for exigido o quórum de votação de dois terços e ainda nos desempates de eleição da Mesa Diretora e Comissões Permanentes, nas Votações Secretas, e de Julgamento de Contas do Chefe do Poder Executivo e outros previstos em Lei. Assim, respaldado no Artigo 31 do Regimento Interno precitado, meu Voto é Favorável ao Parecer do Excelso Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, e ao mesmo tempo em que **PROCLAMO O RESULTADO:** Fica aprovado o Parecer Prévio do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo do exercício de 2021 relativo ao Processo TCE-PE Nº 22100570-5 e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora desta Casa de Ressonância, por (6X3) seis votos





CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO

favoráveis ao Parecer do Tribunal de Contas de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025, atingindo o quórum de (2/3) dois terço, ou seja, seis votos favoráveis contra três contrário. Votando favoráveis aos Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora, os Vereadores: Bruno dos Santos Caldas 2º Secretário, Joselito Xavier de Melo, Jaime Caldas da Silva Júnior, 1º Secretário Maurílio Edson Cavalcanti de Vasconcelos, Willian Barbosa de Souza e para dar o quórum de (2/3) dois terços com base no Artigo 31 do Regimento Interno, o Presidente Alexandro Ferreira da Rocha. E Votando Contra ao Parecer do Excelso Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora, os Vereadores Cícero Robson Pereira da Silva, Eduardo Correia de Melo e Heráclito Lupércio Lopes de Santana. Na prossecução, o Senhor Presidente repetiu os mesmos princípios legais constitucional e Regimental que ficou assim a (2ª) segunda Votação e que iria obedecer ao Regimento consoante as prerrogativas previstas no Parágrafo – 2º do Artigo – 9, que diz: Parágrafo – 2º: Os Vereadores votarão à medida em que forem chamados, e a chamada obedecerá a ordem alfabética para a devida votação: Na prossecução, o Senhor Presidente chamou o 2º Secretário Bruno dos Santos Caladas que deu seu Voto Favorável ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5, em seguida o Senhor Presidente chamou o Vereador Cícero Robson Pereira da Silva que deu seu Voto Contra ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5, em seguida o Senhor Presidente chamou o Vereador Eduardo Correia Melo que deu seu Voto Contra ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5, em seguida o Senhor Presidente chamou o Vereador Heráclito Lupércio Lopes de Santana que deu seu Voto Contra ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5, na sequência, o Senhor Presidente chamou o Vereador Joselito Xavier de





CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud-it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/45-20250702170856.pdf>
assinado por: idUser 447

Melo que deu seu Voto Favorável ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5, em seguida o Senhor Presidente chamou o Vereador Jaime Caldas da Silva Júnior que deu seu Voto Favorável ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5, em seguida o Senhor Presidente chamou o 1º Secretário Maurílio Edson Cavalcanti de Vasconcelos que deu seu Voto Favorável ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5, continuando, o Senhor Presidente chamou o Vereador Willian Barbosa de Souza que deu seu Voto Favorável ao Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora da Câmara que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5. Em seguida o Senhor Presidente contabilizou os Votos, onde o Parecer Prévio do Egrégio Tribunal de Contas de Pernambuco e o Decreto Legislativo da Mesa Diretora, obtiveram (05) cinco Votos Favoráveis, e (03) três Votos Contra. Desta forma, o Senhor Presidente elucidou aos Senhores Vereadores, que por ser uma matéria em que se faz necessário obter-se o quórum de (2/3) dois terços, a Votação estava com (05) cinco Votos Favoráveis ao Parecer Prévio do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora que Aprova o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo exercício 2021, relativo ao Processo TCE-PE nº 22100570-5, na qualidade de Presidente, e com embasamento aos princípios de Constitucionalidade e principalmente no preâmbulo Regimental, invocava o Artigo 31 do Regimento para proferir meu Voto conforme segue: Artigo 31 diz: O Presidente da Câmara, somente poderá votar nas hipóteses em que for exigido o quórum de votação de dois terços e ainda nos desempates de eleição da Mesa Diretora e Comissões Permanentes, nas Votações Secretas, e de Julgamento de Contas do Chefe do Poder Executivo e outros previstos em Lei. Assim, respaldado no Artigo 31 do Regimento Interno precitado, meu Voto é Favorável ao Parecer do Excelso Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, e ao mesmo tempo em que

“Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas”

Rua Miguel Calado Borba – 77 Angelim-PE CEP – 55.430-000

CNPJ nº 11.240.256/0001-92



CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM ESTADO DE PERNAMBUCO PODER LEGISLATIVO

PROCLAMO O RESULTADO: Fica aprovado o Parecer Prévio do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco com Ressalvas, a Prestação de Contas de Governo do exercício de 2021 relativo ao Processo TCE-PE Nº 22100570-5 e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora desta Casa de Ressonância, por (6X3) seis votos favoráveis ao Parecer do Tribunal de Contas de Pernambuco e ao Decreto Legislativo nº 01/2025, atingindo o quórum de (2/3) dois terço, ou seja, seis votos favoráveis contra três contrário. Votando favoráveis aos Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora, os Vereadores: Bruno dos Santos Caldas 2º Secretário, Joselito Xavier de Melo, Jaime Caldas da Silva Júnior, 1º Secretário Maurílio Edson Cavalcanti de Vasconcelos, Willian Barbosa de Souza e para dar o quórum de (2/3) dois terços com base no Artigo 31 do Regimento Interno, o Presidente Alexandro Ferreira da Rocha. E Votando Contra ao Parecer do Excelso Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, e ao Decreto Legislativo nº 01/2025 da Mesa Diretora, os Vereadores Cícero Robson Pereira da Silva, Eduardo Correia de Melo e Heráclito Lupércio Lopes de Santana. Não podendo haver outra matéria que possa figurar na presente sessão, o Senhor Presidente convidou os Senhores Vereadores e os presentes para que ficassem de pé e exaltando o nome de Deus deu por encerrada a presente Sessão, marcando a próxima para dentro de (05) cinco minutos, ser feita a 8ª Sessão, para discussão e votação da Prestação de Contas de Governo do exercício de 2022, do Ex-Prefeito Márcio Douglas Cavalcanti Duarte, encerrando-se assim a presente sessão ordinária da Câmara.x.



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud-it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/45-20250702170856.pdf>
assinado por: idUser 447

Alexandro Ferreira da Rocha
Presidente da Câmara

Maurílio Edson Cavalcanti de Vasconcelos
1º Secretário

Bruno dos Santos Caldas
2º Secretário

“Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas”

Rua Miguel Calado Borba – 77 Angelim-PE CEP – 55.430-000
CNPJ nº 11.240.256/0001-92



CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER LEGISLATIVO



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/45-20250702170856.pdf>
assinado por: idUser 447

“Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas”

Rua Miguel Calado Borba – 77 Angelim-PE CEP – 55.430-000
CNPJ nº 11.240.256/0001-92